

EFEITOS DE SENTIDO DA TEMPORALIDADE: DETERMINAÇÃO DO LUGAR INDÍGENA

Águeda Aparecida da Cruz BORGES¹

RESUMO: A pesquisa que desenvolvo no doutorado é resultante dos estudos que venho fazendo em um Projeto, no CNPq, desde 2003. Analiso, com base na Análise de Discurso materialista, a presença indígena na cidade de Barra do Garças-MT, como objeto de alocação de sentidos da discursividade a qual faz funcionar a contradição constitutiva, que esse lugar funda, materializando o modo de ocupação negada. Este artigo mostra os efeitos da temporalidade na determinação do lugar desse sujeito que está/frequenta a cidade, mas que no discurso deveria permanecer na aldeia.

Palavras-chave: Análise de discurso; índios Xavante; Barra do Garças.

Considerando a história e, nela, o inevitável contato entre índios e não-índios desde a colonização do Brasil, recortei como objeto de pesquisa, as relações que se estabelecem discursivamente acerca da presença indígena no espaço urbano, nas condições de produção da sociedade atual. Já há algum tempo, efetivamente, desde 2003, desenvolvo uma pesquisa sobre o assunto, na cidade de Barra do Garças/MT.

Tratar essa questão discursivamente é dar visibilidade para a produção da ilusão de objetividade e evidência de uma realidade, de um referente, como se um sentido já estivesse lá: como se o lugar ocupado pelas pelos índios nas ruas, calçadas da cidade de Barra do Garças, significassem, *a priori*.

Os materiais que compõem o “corpus” mostram a dificuldade que o discurso do urbano tem em lidar com aquele que ocupa o espaço planejado para outra finalidade, como por exemplo, as calçadas, que deslocadas de sua função primeira, tráfego específico para pedestres, adquirem outras finalidades, no caso em pauta e no espaço recortado para a pesquisa, servem de ponto de espera, ponto de encontro, depósito de mercadorias que são levadas pelos Xavante para as aldeias, imprimindo novos valores e novas relações ao cotidiano dos usuários e determinando-lhes outra natureza.

¹ Doutoranda do Programa: DINTER-UNICAMP/UNEMAT/CAPES
BOLSISTA DA FAPEMAT e CAPES
E-mail: guidabcruz@hotmail.com
ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Mónica Graciela Zoppi-Fontana.

Assim sendo, pelas nossas observações as calçadas, a rua não são vistas como um lugar de transbordamento do social, que reflete e faz funcionar a ordem própria da cidade. Esse é mais um modo de disfarçar os sentidos que produzem e reafirmam a explosão do social no espaço urbano.

O espaço que se dá no ir e vir da aldeia e para a cidade é repleto de significações, no caso deste texto pretendemos apresentar o modo como o dizer sobre os Xavante, mesmo vistos nas condições de produção apresentadas, remontam a um tempo passado se misturando com o dizer no tempo presente, mas reafirmando um preconceito histórico que nega esse sujeito no espaço da cidade.

Entendo o espaço dessa relação não como lugar empírico, mas como espaço de sentidos que me levam a tentar compreender o modo como nele se dá o processo de identificação/subjetivação desse sujeito = índio Xavante.

É preciso lembrar que o “corpus”, na Análise de Discurso, é uma construção teórica que vai se conformando durante a análise, por isso mesmo é ‘instável e provisório’ (ORLANDI, 1998). Sendo assim, os materiais vão adquirindo contornos e limites por meio dos recortes, na medida em que se processa a análise, a qual exige um ir e vir constantes no processo de leitura do material.

Para este texto recortamos sequências de entrevistas realizadas com vários seguimentos da população barragarcense: alunos de Ensino Superior e Médio, pais de alunos em reunião de escola, comerciantes do entorno do espaço de observação².

A escolha de um objeto para ser analisado, numa perspectiva discursiva não é aleatória, os recortes têm que vir com as nossas indagações, pois fazem “parte de um passado real que pulsa em nós na espessura do nosso corpo”³, ou seja, é estar num certo tempo presente que mobiliza um certo passado e fala de um lugar da memória que, estruturado pelo esquecimento, funciona, significa por não lembrar, ocorrendo assim o efeito de repetição e de reconhecimento discursivo que sempre pode ruir sob o peso de um acontecimento novo, que perturba a memória já estabelecida.

Conforme Orlandi (1999), o objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter o material bruto, empírico, as várias materialidades, em um objeto teórico,

² Ver, em anexo, uma foto do espaço da cidade de Barra do Garças-MT, que faz parte do “corpus”, mas ainda não foi analisada. Tenho autorização dos Xavante que aparecem na foto para publicá-la.

³ GUIMARÃES, *I Encontro de Linguagem História e Cultura*, Cáceres-MT, fev/2000.

que critique a impressão de “realidade” do pensamento, ilusão que se sobrepõe a palavras, ideias e coisas.

O gesto do analista é determinado pelo dispositivo teórico, enquanto o gesto do sujeito é determinado por um dispositivo ideológico (ORLANDI, 1996). Segundo a autora, funciona no ordinário do dizer sob o efeito do apagamento da alteridade, na ilusão de que o sentido está lá, evidente. A posição construída pelo analista visa não refletir essa ilusão, mas trabalhá-la, considerando a alteridade e tornando visível o modo como a ideologia opera.

No percurso da pesquisa chamou-me a atenção uma discursividade que circula sobre os Xavante em Barra do Garças, e produz um processo de naturalização da ideia de que esses índios estariam deixando de ser índios porque estão aprendendo a falar português, ou porque já incorporaram vários costumes e usos do “branco”. Todavia, essa incorporação, não tem propiciado, de acordo com as observações feitas, até então, uma mudança de posição em relação à visão etnocêntrica européia sobre eles, que é preconceituosa, hierárquica e divisionista.

Entretanto, considero que ao falar de índio, os “brancos” nem se dão conta de que a nossa sociedade está organizada, também, na base das condições de produção dos discursos, historicamente, e os sujeitos têm a ilusão de originalidade, de que os sentidos nasceram no momento da formulação dos enunciados.

É importante lembrar Orlandi para entender procedimentos que tocam as minhas perguntas sobre os Xavante na cidade, ela diz que, a partir de trabalhos referentes à questão indígena, pôde:

(...) constatar que, no caso do contato cultural entre índios e brancos, o silenciamento produzido pelo Estado não incide apenas sobre o índio, enquanto sujeito, faz mais sobre a própria existência do sujeito índio. E quando digo Estado, digo o Estado brasileiro do branco, que silencia a existência do índio enquanto sua parte e componente da cultura brasileira. (1990, p.56).

Se a nossa proposta para pensar a situação colocada se pauta, justamente, numa relação de diferença, compreendendo aqui a diferença entre índio e não-índio, é preciso, também, lembrar da igualdade jurídica instaurada pela Constituição Federal de 1891 quando declara pela primeira vez, no Brasil, *todos são iguais perante a lei*, ou seja, uma sociedade que quanto mais sublinha a igualdade de todos perante a lei, mais

acentua as diferenças, como vimos percebendo nas práticas sociais e nos discursos da população barragarcense.

Se as práticas sociais, pelo dizer, contrariam a igualdade legal, supomos que seja importante verificar como se dão essas práticas, discursivamente, em torno do objeto da pesquisa. A presença frequente indígena em Barra do Garças, como já disse, produz discursos de afirmação do preconceito, estereótipo, marginalidade, repulsa, e outros sentimentos negativos que só num movimento constante de análise fundamentada no dispositivo teórico de interpretação, fornecido pela Análise de Discurso podemos detectar.

Na medida em que vamos ampliando o nosso olhar para o índio na cidade vão estreitando, restringindo, sob o nosso parecer, os sentidos de coletivo em relação à identidade brasileira para TODOS (índios e não-índios) que aqui “con”vivem e vai se firmando a significação da fronteira discursiva, que aparta, divide, exclui, distancia, modifica e silencia esses sujeitos.

Por exemplo, na base dos enunciados em referência ao objeto fixam marcas linguísticas que atualizam um discurso remoto, da colonização: “índio não é gente”, “índio é bicho”, “índio não trabalha”, “índio não é como nós”, que retoma “índio selvagem”, “índio preguiçoso”, “índio não é brasileiro” e outros (das entrevistas) que caracterizam o discurso da “descoberta”, o qual atualiza e determina a diferença deixando pistas para a interpretação de quem é que deve aprender a ser igual, no entanto quando isso ocorre, isto é, os Xavante falam a língua Portuguesa, vestem roupas, utilizam aparelhos eletrônicos, o índio é rejeitado nesse espaço onde os “brancos” julgam ser os donos: o espaço da cidade.

Os sujeitos da população de Barra que foram entrevistados, na ilusão da neutralidade/imparcialidade, resultante da interpelação ideológica, ao falarem sobre o índio na cidade deixam escapar o preconceito e a reafirmação do discurso que coloca o índio como incapaz, com expressões do tipo: “coitadinho do índio”, “ele é incapaz de compreender nossa cultura”, “tem mesmo é que ficar quietinho na aldeia”.

Parafraseando Orlandi (1990), eu diria que o processo de rejeição do índio vem se mantendo durante séculos e se efetiva pelos mecanismos mais variados, dos quais a linguagem, com a violência simbólica que ela representa, é um dos mais poderosos.

A prática discursiva está diretamente relacionada com a formação ideológica. Os sujeitos já estão inscritos numa Formação Discursiva, que foi construída historicamente. Observemos a seguir algumas sequências extraídas de entrevistas com acadêmicos (as), que identificamos como (A-1), (A-2), (A-3), primeiramente, e mais adiante (A-4), do Curso de Letras do, então, “Campus” Universitário do Araguaia-CUA/UFMT de Barra do Garças, no ano de 2007, época em que estava elaborando o Projeto para a seleção de doutorado.

Quando a gente era criança a gente vivia convivendo com os índios; só que eles são muito espertos, e a minha vó mesmo dizia que não pode dá mole eles são que nem bicho, é por isso que/ aí que tá o esquema de hoje eu não gostar de índio, sabe, porque eles robam a gente, sabe, eles enganam a gente. (A-1)

Índio quer tudo na mão; trabalhar que é bom, nada, não são igual que a gente que dá duro se quiser estudar e sempre foi assim.(A-2)

O índio, hoje, ele já era assim bem... podemos dizer assim bem português, um quase português, um índio brasileiro, ele fazia faculdade de Direito, lá em Brasília (...) Então, assim, quando o índio ele já tá bem... dentro da nossa cultura, até dá pra conversar; agora quando ele é um índio que mora na aldeia, dificulta né? (...). (A-3)

Dentre outros aspectos, o que nos chama a atenção é a temporalidade marcada nesse bloco de sequências que as dividem num antes: “quando a gente era criança”, “e sempre foi assim”(continuidade, foi/é assim), “ele já era assim”, e num agora: “aí tá o esquema de hoje eu não gostar de índio”, “e sempre foi assim”, “o índio hoje”, no entanto regularizam/atualizam um discurso: “índio é ladrão”, “índio é selvagem”, “índio é preguiçoso”, mesmo incorporando a nossa cultura não chega a ser brasileiro, confirmando o que já adiantei no início do texto.

Segundo Orlandi (2000)⁴, o preconceito está na origem da estagnação social e histórica. É uma forma de censura para impedir o movimento, a respiração dos sentidos e conseqüentemente de novas formas sociais e históricas na experiência humana.

Entendo que, nessa perspectiva, o preconceito é uma discursividade que se impõe sem sustentação em condições concretas/reais e é fortemente mantida por

⁴ Texto que autora estava, na época, produzindo para uma agenda. Fazíamos uma disciplina do Mestrado e ela nos concedeu para leitura.

relações imaginárias atravessadas por uma não permissão do dizer que apaga (silencia) sentidos e razões da própria maneira de significar.

Posso dizer, nesse sentido, que o preconceito se realiza em cada sujeito que diz, mas não se constitui no indivíduo em si; ele é de natureza histórico-social e se faz nas relações sociais, pela maneira como essas relações significam e são significadas.

Segundo Guimarães (2005, p.7),

O homem vive através de significações (...) A prática política de constituição das relações entre línguas e falantes divide o mundo social politicamente, segundo uma hierarquia de fronteiras que estabelecem limiares entre o que é significado como de fora e o que é significado como de dentro. E este jogo de relações políticas é um jogo que identifica, ou seja, distribui os sujeitos em lugares no processo social que diz o que pertence (é) e o que não pertence (não é).

Para mobilizar as “posições” dos sujeitos da pesquisa, considero importante, ainda, lembrar que as posições-sujeito são intercambiáveis, e isso é fundamental, principalmente sabendo que a subjetividade pode se alojar em mecanismos linguísticos específicos, não sendo possível explicá-la estritamente por eles; é pelo viés da história, da ideologia, da memória marcados na materialidade linguística que procuro entender discursivamente, indícios dos limites presentes no discurso dos sujeitos da pesquisa sobre os índios Xavante que frequentam a cidade.

Zoppi-Fontana, desde 1997, desenvolve uma pesquisa que tem como objetivo geral: “realizar uma reflexão sobre os processos de identificação/subjetivação do sujeito em relação à elaboração simbólica do espaço urbano”⁵. Na orientação da autora, inspirada no artigo nomeado: “É o nome que faz fronteira”, venho observando essa fronteira discursiva, materializada nos enunciados (sequências discursivas de entrevistas da pesquisa já referida) como essa fronteira funciona no discurso dos “brancos” em relação aos índios Xavante: “Eles vive numa redoma”, “quero distância desse povo”, “eles lá e eu aqui”, “corto volta quando vejo”, “deviam ter ficado lá atrás”.

O imaginário brasileiro sobre os índios, ainda preso à “história da descoberta” é de colocá-los numa redoma (puros e imaculados), uma espécie de zoológico para podermos olhar as suas diferenças como se elas fossem naturais, não constituídas sócio historicamente. O exótico é o que chama a atenção, por um lado, por

⁵ In: Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Volume 17, Nº 35, 2003.

outro é o imaginário de “selvagem”, de “bicho” que se mantém historicamente e repercute no discurso do distanciamento “quero distância desse povo”, “eles lá e eu aqui”, “corto volta quando vejo”.

E quando acontece uma aproximação, como é o meu caso que fui me aproximando dos povos indígenas, por uma série de circunstâncias, no princípio por curiosidade, depois como professora, que talvez tenha aprendido mais do que ensinado e atualmente por causa da pesquisa, tenho sido colocada no lugar de alguém que perdeu a sanidade. Já, por vezes reiteradas, ouço de alunos para os quais eu leciono:

“professora você é doida de passar por **ali**⁶...”

“Acho que a Sr^a. Perdeu o juízo”

“Sora, ninguém merece nem passar perto daquele lugar, isso é doidera”

“Se eu fosse a Sr^a. Eu não espedicava um doutorado com isso, acho que a Sr^a num pensa”... e outros dessa natureza.

Vejamos que os sentidos sedimentados no adjetivo “doida”, na expressão “sem juízo”, no modo “isso é doidera” ou “num pensa” me deslocam, também, para outro lugar.

Podemos observar que esse modo de dizer materializa, separa, divide, distancia, não empiricamente (desse lado estão os índios Xavante da cidade, daquele estão os “brancos” e daquele outro os índios Xavante da aldeia); a fronteira aí é uma linha imaginária que divide sentidos em indivíduos que poderiam ser quaisquer uns, inclusive a professora que passa por ali e por isso é “doida”; e é por isso que funciona sem controle e sem consciência.

A sequência discursiva adiante nos remonta a questionamentos de Orlandi (1990, p. 46) dos quais, de certa forma, nos apropriamos, em outras condições de produção: “quem é o brasileiro? Onde termina o índio (no contato), o português (na colonização) o italiano (nos movimentos migratórios) e começa o brasileiro?:

Pra nossa sorte, pra sorte dos brasileiros, o Brasil teve que ser descoberto. Cê já pensou se a gente fosse todo mundo índio, que que num seria o Brasil?! Tá loco! (...) Com o descobrimento do Brasil é... com o descobrimento ... melhor ser filho de português, do que ser filho de índio. (A-4).

⁶ “**Ali**”, faz referência ao antigo Terminal Rodoviário da cidade, hoje, destituído da sua antiga função é um prédio abandonado onde ficam bêbados, andarilhos e, principalmente em época de fim de mês os índios dos quais estamos falando.

Pelo visto, o Brasil seria um País de loucos se fôssemos índios, nesse caso o descobrimento funciona como salvação para os brasileiros.

Esses “fatos discursivos⁷” ajudam a situar as questões que me coloco e me instigam a ir adiante para pensar, discursivamente, as relações desse sujeito negado no espaço da cidade, mas, no entanto, frequente nesse espaço. Dito como passado, contudo muito presente.

Por enquanto, percebo que esse lugar os interpela a subjetivar-se, a significar-se e produzir sentidos; mesmo pertencendo à unidade positiva do direito como dissemos anteriormente, *todos são iguais perante a lei*, o sujeito, quando colocado em relação a ela, identifica-se com o que está fora dela, como aquele que não pertence ao lugar dos “iguais”.

Inserido na cidade e sofrendo seus efeitos, o sujeito se constitui num movimento entre/antes, isto é, entre/antes a/na aldeia e o/no espaço urbano agora.

O não-índio significa delimitando seu espaço e o espaço do Outro=índio, marcando-se, assim, em seu discurso a diferença, a desigualdade, a exclusão. Por isso pretendo levar a cabo a pesquisa refletir sobre o que une e o que separa os sentidos de cidade-cidadino e de aldeia-índio, pois, pelo que parece, até agora, tanto no discurso jurídico (estamos iniciando a leitura do arquivo) quando no discurso da população é o não-índio quem define e cerceia a constituição espacial do índio, no caso selecionado para este texto, vimos como os efeitos interdiscursivos se materializam no encontro entre o passado e o presente determinando onde deve ser o lugar dos povos indígenas.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Judite. G. **Educação escolar indígena: do panóptico a um espaço possível de subjetivação na resistência**. Tese de doutorado defendida na UNICAMP, sob a orientação de ZOPPI-FONTANA, M.G. em Campinas, SP, 2007.

⁷ Cf. (ORLANDI: 1996) que distingue as noções de dado e fato utilizadas pelas teorias de linguagem; a noção de fato permite desnaturalizar a relação com a realidade empírica, questionando a possibilidade de ter um acesso direto a dados “puros”, independentemente da abordagem teórica assumida. Trabalhar na análise com a noção de fato implica partir do pressuposto de que todo recorte do real se constitui já como leitura, realizada a partir de uma determinada matriz teórica.

ALMEIDA, Baronas. R. L. (Org.). **Identidade Cultural e Linguagem**. Cáceres, MT: Unemat Editora; Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas, SP. Ed. Da Unicamp, 1997.

_____. **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos, Claraluz, 2007.

ORLANDI, Eni. P. **A Linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso**. SP, Brasiliense, 1988.

_____. **Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo**. S.P., Cortez & Ed. da Unicamp, 1990.

_____. “Um Sentido Positivo para o Cidadão Brasileiro”, In: **Sociedade e Linguagem**, Campinas, Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **Para uma enciclopédia da cidade** (org.). Campinas, SP: Pontes/Labeurb/Unicamp, 2003.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Tradução Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Pedro de. Espaços interditados e efeitos-sujeito na cidade. In ORLANDI, Eni P. **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. **Cidadãos Modernos, discurso e representação**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1997.

_____. “Camelôs e o direito à cidade”. In: *Anais do 7º Encontro da ANPUR: Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: um desafio ao planejamento*. Recife, MDU/UFPE. 1997 p.1160-1179.

_____. “É o nome que faz fronteira”. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Cristina L. (orgs.) **Os Múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre, Coleção Ensaios do CPG-Letras/UFRGS, 1999.

_____. “Identidades (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença”. In: Organon, Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, “Discurso, língua e Memória”, Volume 17, Nº 35, 2003.

_____. “Ordem Jurídica, Ordem Política e (Des) ordem nas Ruas”. Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad: language em contexto desde una perspectiva crítica y multidisciplinaria. Editorial Gedisa. Barcelona. 1999.

ANEXOS

A referência às fotos está em nota de rodapé no corpo do texto.

